

COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: AS PROPOSTAS DOS (DAS) PRESIDENCIÁVEIS

Sr. (Sra.) candidato (a) à Presidência do Brasil para o período 2027/2030,

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, que reúne mais de 30 entidades envolvidas na luta pela redução da extrema desigualdade social em nosso País, promove uma consulta, na forma de 11 perguntas, aos candidatos (as) como forma de informar os eleitores (as) que constituem as bases de nossas organizações sobre as propostas dos (das) candidatos (as) sobre o tema.

Solicitamos que as respostas tenham no máximo 1.200 caracteres (com espaço) para cada questão, e que sejam enviadas, por escrito, até 10 de setembro de 2026 no e-mail fnrds.2016@gmail.com. As respostas serão divulgadas na página do Fórum (<https://reducaodesigualdadesocial.org.br/>), rede social Instagram (@forumpelareducaodesigualdade), em sites e redes sociais de organizações integrantes do “Fórum” e constarão de um boletim exclusivamente dedicado a essa questão. Poderão ser enviadas também respostas mais extensas, que terão seus links divulgados nesses mesmos sites.

1. A extrema desigualdade social é um dos traços mais negativos e perversos da sociedade brasileira. Qual a estratégia a ser seguida pelo(a) candidato(a) para mitigar essa situação?
2. Como é sabido, o sistema capitalista tem sido pródigo em concentrar cada vez mais a renda e a riqueza nas mãos de uma minoria. Segundo o economista Thomas Piketty, cerca de 75% da riqueza mundial estão nas mãos dos 10% mais ricos e quase 40% são detidas pelo 1% mais favorecido. Em seu entendimento, o Estado tem papel decisivo em reduzir as desigualdades sociais ou tal ação deve ficar a cargo do mercado e dos méritos dos cidadãos e cidadãs?
3. O modelo tributário brasileiro é um dos mais regressivos do planeta. Em nosso País, proporcionalmente, a classe trabalhadora e a classe média pagam mais impostos que os mais ricos. Distribuição de dividendos para Pessoa Física e Juros sobre capital próprio, que somam quase R\$ 1 trilhão/ano, são tributados apenas marginalmente ou mesmo são isentos. Que medidas devem ser implementadas para fazer com que os mais ricos contribuam com a maior parcela dos tributos?
4. Pela ótica da distribuição, ao contrário do que é o senso comum, não são os trabalhadores e a classe média os maiores beneficiários da aplicação das receitas públicas, mas os mais ricos. Os gastos anuais com juros da dívida pública superam R\$ 1,1 trilhão. Como corrigir tamanha distorção?
5. O Sr. (Sra.) sabia que o Governo Federal destina mais de 40% do orçamento anual para pagamento de juros e amortizações de uma “dívida pública” com vários indícios de ilegitimidades, que nenhum presidente permitiu ser auditada por meio de uma Auditoria Cidadã da Dívida? Como pretende resolver esta questão que é uma das causas da imensa desigualdade do Brasil e da falta de recursos para educação, saúde e segurança públicas?
6. Há décadas as leis no Brasil têm sido feitas para beneficiar banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Para os mais pobres, sobram as políticas compensatórias. Como a bancada de seu partido pretende atuar no Congresso Nacional?
7. Como o Sr. (Sra.), caso eleito, planeja garantir os recursos necessários no orçamento federal para manter os pagamentos e evitar cortes nas políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, sem desequilibrar as contas públicas?

8. Como o próximo governo planeja cortar os incentivos fiscais que não ajudam o país a crescer? Qual é a meta exata de redução dos gastos tributários nos primeiros dois anos de mandato?
9. O volume de recursos públicos direcionados para Emendas Parlamentares ultrapassou a casa dos R\$ 60 bilhões em 2026, engessando a capacidade do Poder Executivo de planejar e executar políticas públicas e investimentos de longo prazo, notadamente em infraestrutura. Como o Sr. (Sra.) pretende conduzir a resolução desta distorção?
10. Desde 2021, quando a Lei Complementar nº 179/2021 instituiu a autonomia do Banco Central do Brasil, este tem se comportado como uma verdadeira agência do mercado financeiro, fixando e mantendo em níveis elevados a Taxa Básica de Juros (Selic), impondo pesados prejuízos ao País e ao povo. O que pretende fazer para que o BCB volte a servir ao País, e não ao mercado financeiro?
11. Há um mito de que as empresas estatais são ineficientes e tal mentira tem sido usada para promover a privatização das empresas estatais, o que tem sido fator de acentuação da concentração da renda no Brasil. Por exemplo, a Petrobras distribuiu R\$ 217 bilhões na forma de dividendos aos acionistas em 2022, sendo que R\$ 77,0 bilhões (35,5%) ao Governo Federal e R\$ 140 bilhões aos investidores privados (64,5%, sendo 48,8% estrangeiros). Caso o Governo Federal mantivesse sua participação de 1993 (78%), antes da “privatização branca” de FHC, os recursos para o governo em 2022 teriam sido de R\$ 169 bilhões, ou seja, R\$ 88 bilhões a mais, o que permitiria, por exemplo, uma forte redução no preço do gás de cozinha e do diesel, favorecendo os mais pobres. O Sr. (Sra.) pretende continuar o processo de privatização das estatais ou pretende reverter privatizações nefastas ao País, como as da Petrobras e da Eletrobras?

Conselho Federal de Economia - Coordenação e Secretaria do Fórum

Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil – Entidades constituintes e entidades membras

Conselho Federal de Economia - COFECON; Oxfam Brasil; Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Auditoria Cidadã da Dívida - ACD; Federação Nacional dos Economistas - FENECON; Central Única dos Trabalhadores - CUT; Força Sindical; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Central Sindical e Popular - CSP/CONLUTAS; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; União Geral dos Trabalhadores - UGT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO; AFIPEA; Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle - FENAFIRC; Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS; Cáritas Brasileira; Federação dos Trabalhadores da Indústria do Paraná - FETIEP; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Paraná - CNTI/PR; Conselho Regional de Economia/DF; Conselho Regional de Economia/PI; Sindicato dos Economistas/DF; Sindicato dos Economistas/RJ; Associação Riograndense de Imprensa - ARI; Conselho Regional de Economia/RJ; Fórum EJA/DF.